



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA ADOTADO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL E BRANDING PARA O PROJETO “BAIRRO COMERCIAL DIGITAL DO PORTO SANTO – ILHA DOURADA”

1. O Município do Porto Santo, pessoa coletiva de direito público com o número de identificação fiscal 511 236 425, com sede à Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira, 9401-909 Porto Santo, com o endereço de correio eletrónico geral@cm-portosanto.pt, utilizador da plataforma eletrónica www.acingov.pt, com o n.º de telefone 291 980 640, convida à apresentação de propostas no âmbito de procedimento de consulta prévia adotado para a celebração de contrato de aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.
2. Informa-se que:
 - a) A decisão de contratar foi tomada em 03 de setembro de 2024, pelo Ex.^{mo} Senhor Vereador da Câmara Municipal do Porto Santo, Artur José Alves Nunes Ferreira, no uso de competências delegadas, conforme despacho de delegação de competências publicado/publicitado nos locais de estilo por intermédio do Edital N.º 57/2021, através de Despacho, exarado na informação da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento (DFPA) da mesma data, tendo em conta os artigos 20.º/1/c), 22.º, 36.º, 38.º, 40.º/1/b)/2, 67.º/3, 113.º, 114.º e 115.º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na adaptação à RAM que lhe é dada pelo DLR N.º 34/2008/M, de 14 de agosto, o disposto nas alíneas f) e g) do n.º 1 e e) do n.º 2, todos do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e observando ainda o artigo 18.º/1/a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho;
 - b) Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, refere-se que a escolha do procedimento de consulta prévia teve em consideração os seguintes fundamentos:
 - i. O valor estimado do contrato;
 - ii. O disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP;
 - iii. A escolha do referido procedimento permitir a melhor prossecução do interesse público, pela menor formalização relativamente a outro procedimento previsto no n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos, o que permitirá a mais célere satisfação das necessidades públicas.



Município do Porto Santo

Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.

- c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Senhor Dinarte Emanuel de Oliveira Silva (dr.), Chefe de divisão da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento da Câmara Municipal do Porto Santo, e na sua ausência, do Senhor Vereador da Câmara Municipal do Porto Santo, Artur José Alves Nunes Ferreira, ou, se for o caso, do Edil que lhe esteja a substituir.
3. Nos termos e para efeitos do artigo 57.º do CCP, a proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, **os quais devem ser assinados**¹ pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, com recurso a assinatura digital qualificada²:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo I do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual;
 - b) Identificação do (s) representante (s) da Concorrente no contexto da subscrição/apresentação de proposta e respetivos documentos de identificação, nomeadamente o cartão do cidadão ou bilhete de identidade e o número fiscal de contribuinte, acompanhados de declaração (ões) de tratamento de dados conforme o modelo estabelecido no Anexo IV da presente peça procedimental;
 - c) Documento (s) oficial (ais) que comprovem os poderes de representação do representante da Concorrente no contexto da subscrição/apresentação da proposta³;
 - d) Proposta de Preço Contratual⁴, conforme o Anexo III da presente peça procedimental;
 - e) Documento indicando o número de consultores/profissionais que integrarão a equipa encarregada da execução do contrato;

¹ A assinatura dos documentos da proposta constitui uma formalidade essencial, cuja falta ou irregularidade implica a exclusão do proponente.

² Os documentos da proposta deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sendo que no caso em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura a entidade interessada deverá submeter à plataforma um documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do subscritor.

³ Por exemplo, consoante o caso: certidão permanente de registo comercial; procuração; Ata; Ato constitutivo da associação (escritura e estatutos atualizados), cópia certificada das atas de nomeação de órgãos da associação e cartão de contribuinte da entidade;

⁴ Os preços não deverão incluir o imposto sobre o Valor Acrescentado, contudo deverá ser mencionado que aos preços propostos acresce o IVA à taxa legal em vigor, caso esta situação se verifique, incluindo a menção ao valor da respetiva taxa.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.

- f) Quadro com a identificação dos consultores/profissionais afetos à equipa encarregada da execução do contrato, indicando, para cada consultor/profissional, os anos de experiência em projetos desenvolvidos nas áreas de produção publicitária, audiovisual, internet ou gestão de meios, especificando as áreas e o respetivo número de anos de experiência;
 - g) Portefólio relativo aos projetos mencionados na alínea anterior (projetos desenvolvidos nas áreas de produção publicitária, audiovisual, internet ou gestão de meios);
 - h) Currículos (CVs) de todos os consultores/profissionais que serão afetos à equipa encarregada da execução do contrato;
 - i) Documento com a identificação nominal do responsável e respetivo substituto pelo acompanhamento da execução do contrato por parte do concorrente;
 - j) Se for o caso, declaração sobre o recurso a terceiras entidades para cumprir as prestações objeto do contrato;
 - a) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.
4. Sem prejuízo do que estabelece o instituto de suprimento de propostas, a não apresentação ou a invalidade de qualquer um dos elementos anteriormente identificados constitui motivo exclusão da proposta.
5. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, até às 23:59 horas do 5.º (quinto) dia, a contar da data de notificação de endereçamento do presente convite.
6. Para efeitos do disposto no artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, o concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
7. Não são admitidas propostas variantes.
8. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.
9. O critério de adjudicação tem por fundamento legal o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, materializando-se na proposta que reflita a pontuação final mais elevada, atendendo aos fatores, subfatores, ponderações e modelos de avaliação dispostos nas alíneas e nos números seguintes:
- a) Preço, com ponderação **60%**;
 - b) Pessoal encarregado da execução do contrato, com ponderação de **40%**.



Município do Porto Santo

Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto "Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada".

9.1. Pontuação final: $[PF] = P \times 60\% + EP \times 40\%$

Em que:

- $[PF]$ – É a pontuação final, expressa em pontos, do n.º pontos obtidos pela proposta em análise;
- $[P]$ – É o resultado obtido pela proposta em análise para o fator "Peço";
- $[EP]$ – É o resultado obtido pela proposta em análise para o fator "Pessoal encarregado da execução do contrato".

9.2. Forma de avaliar:

a) Fator 1: Preço: $[P] = Pb - Pp/Pb \times 100$

Em que:

- Pb – É preço base definido no caderno de encargos;
- Pp – É preço contratual proposto.

b) Fator 2: Pessoal encarregado da execução do contrato:

$$[EP] = NE \times 50\% + PE \times 50\%$$

Em que:

- NE – É o resultado do subfactor relativo ao número de elementos da equipa encarregada da execução do contrato, nos termos do modelo de avaliação que segue:

Número de elementos da equipa afeta ao projeto	Pontos
> 5 elementos	100
5 elementos	75
4 elementos	50
3 elementos	25

- PE – É o resultado do subfactor relativo ao perfil da equipa encarregada da execução do contrato, nos termos do modelo de avaliação que segue, considerando a percentagem dos mesmos com experiência de 5 ou mais anos em projetos desenvolvidos nas áreas de produção publicitária, audiovisual, internet ou gestão de meios:

Perfil da equipa afeta ao projeto	Pontos
100%	100
$\geq 90\% \wedge < 100\%$	75



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto "Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada".

$\geq 80\% \wedge < 90\%$	50
$\geq 70\% \wedge < 80\%$	25
$< 70\%$	5

10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será realizado da seguinte forma: primeiro, será selecionada a proposta com a maior pontuação no fator "Preço". Se o empate persistir, será considerada a proposta com a maior pontuação no fator "Pessoal encarregado da execução do contrato". Caso o empate ainda se mantenha, proceder-se-á ao sorteio entre as propostas empatadas, conforme descrito abaixo:
- O júri notificará os concorrentes cujas propostas estejam sujeitas a sorteio com, pelo menos, três dias de antecedência, informando a data, a hora e o local do sorteio.
 - A cada concorrente será atribuído um número correspondente à ordem de entrada da respetiva proposta, que serviu de base para a elaboração da lista de concorrentes.
 - Os números serão colocados numa urna, após o que se procederá ao sorteio.
 - Será considerada vencedora a proposta correspondente ao primeiro número sorteado, sendo as restantes ordenadas de acordo com a sequência do sorteio.
11. A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
12. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, os seguintes documentos de habilitação, **os quais devem ser assinados** pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, com recurso a assinatura digital qualificada:
- Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos, adaptadas de acordo com o modelo constante do anexo II – M do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual;
 - Declaração emitida conforme modelo constante do anexo V do presente convite, para cumprimento do referido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos;
 - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos⁵;

⁵ A prova negativa da condenação por crime profissionalmente desonroso e crimes de participação de participação em organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais, é feita através de certificado de registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.



Município do Porto Santo

Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.

- d) Nos termos do artigo 7.º do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação que lhe é postulada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, na Região Autónoma da Madeira o adjudicatário está ainda obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, apresentando os seguintes documentos:
- i. Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira);
 - ii. Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo n.º 10 e DMR);
 - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - iv. Anexo R da última declaração periódica do IVA.
- e) Elemento contendo a identificação do (s) representante (s) do adjudicatário para efeitos da outorga do contrato, respetivos documentos de identificação, nomeadamente o cartão do cidadão ou bilhete de identidade e o número fiscal de contribuinte acompanhados de: declaração (ões) de tratamento de dados conforme o modelo estabelecido no Anexo IV da presente peça procedimental; documentos comprovativos dos poderes de representação - exceto se coincidir com a forma de representação utilizada no contexto de apresentação da proposta;
- f) Registo Central de Beneficiário Efetivo, estabelecido pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e regulamentada através da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto e da Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho.
- 13.** Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas solicitadas na alínea d) do n.º anterior, devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação – que poderá ser conforme modelo estabelecido no Anexo VI da presente peça procedimental.
- 14.** Serão concedidos dois dias para efeitos da supressão de irregularidades que venham a ser detetadas nos documentos de habilitação apresentados.
- 15.** Se for o caso, o adjudicatário deverá ainda confirmar/comprovar, também no prazo de 2 (dois) dias a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma www.acingov.pt, os compromissos assumidos com terceiras entidades para cumprir as prestações objeto do contrato. Caso o compromisso em causa revista uma



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.

situação de subcontratação, o adjudicatário fica obrigado a apresentar, no mencionado prazo, os documentos de habilitação previstos no artigo anterior, relativos à subcontratada.

16. Para efeitos do disposto no artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, não é exigido ao adjudicatário a prestação de caução, uma vez que o preço contratual será inferior a 500 000,00 € (quinhentos mil euros). Sem embargo, em qualquer momento, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.
17. O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito, nos termos dos artigos 94.º e 104.º do Código dos Contratos Públicos.
18. Constituem encargos dos concorrentes o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas e do adjudicatário as relativas à celebração do contrato.
19. Ao presente concurso aplica-se o Código dos Contratos Públicos, o DLR N.º 34/2008/M, de 14 de agosto, e a demais legislação avulsa.

Junta: CADERNO DE ENCARGOS



Município do Porto Santo

Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme o Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto].

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁶... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e se for o caso, do Caderno de Encargos do Acordo Quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁷ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁸:
 - a)
 - b)
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos

⁶ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁷ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁸ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e n.º 2 e 3 do artigo 57.º.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto "Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada".

termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código, e artigo 5.º DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data), [assinatura⁹].

⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



Município do Porto Santo

Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁰ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹¹ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados¹²] os documentos comprovativos de que a sua representada¹³ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura¹⁴]

¹⁰ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹¹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

¹² Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

¹³ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

¹⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto "Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada".

ANEXO III Modelo de proposta de preço contratual

[a que se refere a alínea d) do n.º 3 do presente convite]

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁵ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), obriga-se a executar os referidos serviços, de acordo com o convite e com caderno de encargos, pelo preço total de (por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, no valor de

[Local], [data] [Assinatura¹⁶]

¹⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁶ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



Município do Porto Santo

Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.

ANEXO IV

Declaração para efeitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados

[a que se refere a alínea b) do n.º 3 e a alínea e) do n.º 12 do presente convite]

1. Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, informo que, eu ... (nome), portador do Cartão de Cidadão com o número de identificação, emitido pela República Portuguesa, válido até ... de de 20..., fui informado (a) que o Município do Porto Santo irá tratar dos dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.
2. Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento do Município do Porto Santo com a referência ... (referência ao procedimento em causa), e/ou, no caso de a empresa que represento vir a ser o adjudicatário, da feitura o contrato a celebrar.
3. Fui também informado (a) que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo, eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.
4. Fui ainda informado (a) que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

[Local], [data] [Assinatura]



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto "Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada".

ANEXO V

Declaração de inexistência de impedimentos

[a que se refere a alínea b) do n.º 12 do presente convite]

1. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, eu, ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁷ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatária à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência XX/2024, declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo 1.º-A.
2. O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

[Local], [data] [Assinatura]

¹⁷ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



Município do Porto Santo

Câmara Municipal

Convite: Aquisição de serviços especializados para o desenvolvimento e manutenção de identidade visual e branding para o projeto “Bairro Comercial Digital do Porto Santo – Ilha Dourada”.

ANEXO VI

Declaração de não preenchimento das condições legais relativas ao cumprimento de obrigações declarativas

[a que se refere o n.º 13 do presente convite]

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁸... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada¹⁹:

- a) Não preenche as condições legais relativas ao cumprimento da obrigação declarativa a que se refere o;
- b) Não preenche as condições legais relativas ao cumprimento da obrigação declarativa a que se refere o

[Local], [data] [Assinatura]

¹⁸ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.